

# APRESENTAÇÃO

Maria Elisa Baptista <sup>1</sup>

Esta edição dos Cadernos de Arquitetura e Urbanismo do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, ao dar visibilidade a modos de produção do espaço não patriarcais, alinhada à insurgência necessária em tempos autoritários, revela ainda mais sua atualidade nesses tempos de pandemia, quando o cuidado com as pessoas e os espaços da vida cotidiana ganham centralidade.

Os oito artigos deste volume discutem, de várias formas, as ferramentas conceituais e o arcabouço teórico-prático disponíveis no enfrentamento da realidade urbana brasileira - violenta e insustentável para a vasta maioria da população. A ideia de *comum* subjaz ou norteia claramente as investigações, fornecendo um instrumento potente para a compreensão dos modos de produção do espaço pelos seus moradores, a construir um mundo possível e visceralmente mais generoso.

No artigo *Gênero, cotidiano e direito à cidade*, Daniela Abritta Cota propõe incorporar a perspectiva de gênero aos planos e projetos urbanos, aplicando, para tanto, a metodo-

---

1. Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas.

logia desenvolvida pelo coletivo *Col.lectiu Punt 6*, de Barcelona, em um diagnóstico do bairro Solar da Serra, em São João del-Rei, Minas Gerais. A metodologia de diagnóstico e planejamento – multiescalar, interdisciplinar e participativa – considera a transversalidade de gênero nos aspectos físicos, sociais e funcionais do território. A espacialidade do bairro estudado, por meio de um olhar sensível, mostrou o alcance da leitura feminista do espaço, desnudando a inadequação urbana no atendimento às necessidades de cuidado e vida cotidiana e a urgência de ampliar a potência das mulheres na gestão da cidade. O artigo parte do conceito de direito à cidade (mas de quem é esse direito, e que cidade é essa, ou melhor, que cidades são essas?) e, embora ainda incorra na abstração de considerar o urbanismo como uma disciplina que determina a configuração dos espaços, avança na revelação de olhares e valores até então subjugados pela perspectiva capitalista e produtivista, propondo um *urbanismo feminista* fundado no conceito de *cidade cuidadora*. As dificuldades encontradas apontam o próximo passo: pensar em metodologias que compreendam a dura realidade das mulheres na periferia e potencializem a solidariedade.

Os modos de enfrentamento da crise ambiental orientam o artigo *Contracultura, ecologismo e produção do espaço no bairro Viçosa em Viçosa-MG*, de Josarlete Magalhães Soares. Reconhecendo o papel do sistema de produção e

consumo capitalista como um dos vilões da preservação ambiental e os esforços da comunidade internacional na busca de um hipotético desenvolvimento sustentável, a pesquisa busca compreender ações efetivas de pequena escala, nas quais sujeitos e grupos têm se movimentado de forma autônoma em direção a outras possibilidades de ser e estar no mundo. Associando os conceitos de contracultura e ecologismo, a autora investiga a *contracultura espacial* – microexperimento de produção socioespacial – no bairro Viçosa, em Viçosa, Minas Gerais, onde a comunidade estabeleceu um processo singular de interação com o território, a partir de sujeitos e experiências diversas.

No artigo *Juventude negra periférica e direito à cidade: um estudo de caso*, Daniel Victor Gouveia Lage e Daniela Abritta Cota abordam o racismo estrutural da sociedade brasileira, tema debatido hoje com mais vigor e sob diferentes abordagens – social, psicológica, cultural, econômica, institucional, espacial e simbólica. A história de São João del-Rei, marcada pela exploração do ouro e mão de obra escrava, gerou uma cidade espacialmente segregada, cuja dinâmica não se diferencia da realidade social brasileira que obriga a população negra a enfrentar profunda desvantagem nas condições de trabalho, educação e moradia. Nessa moldura, a pesquisa realizada busca compreender a vivência urbana da juventude negra periférica, por meio de entrevistas, questionários e mapas mentais. O artigo

mapeia a sensação de segurança e insegurança dos moradores da periferia e contrapõe a resistência que se realiza por meio de manifestações sociais, culturais e políticas que ocupam a área central da cidade, notadamente território negado, como contraponto político ao estigma periférico.

No artigo *Quem ocupa constrói contracondutas*, Marcela Silvano Brandão Lopes, Luciana Souza Bragança, Matheus Silva Coelho e Luiza da Anunciação Guinho discutem formas de intervenções urbanísticas em territórios socialmente vulneráveis, a partir da leitura das realidades locais e proposições geradas no encontro dos saberes acadêmicos e dos saberes daqueles que produzem no seu cotidiano esses territórios. A pesquisa contrapõe às racionalidades governamental e neoliberal – a que se associa a colonialidade latino-americana- a *contraconduta* como forma de resistência e propõe investigar práticas decoloniais existentes nas ocupações urbanas autoconstruídas, onde é possível identificar essa potência cotidiana. Apresenta, assim, o projeto Parque das Ocupações, na região do Barreiro, em Belo Horizonte, Minas Gerais, ali identificando vários níveis de resistência. Para compreender a realidade multifacetada das ocupações, a pesquisa propôs romper com o modo tradicional de abordagem diagnóstica urbana e redesenhar um conhecimento nascido da junção dos saberes acadêmico e o construído na vivência do território. O primeiro nível foram as *contracondutas acadêmicas*, uma exigência

nascida do próprio objeto e da moldura epistemológica decolonial adotada. O segundo nível foi a identificação das pessoas que ocupam, cuidam e compartilham o território, a partir de práticas e condutas que aproximam moradia e meio ambiente, contrariando a ação do capital imobiliário que afirma serem incompatíveis o direito à moradia e o direito à preservação ambiental.]

Os espaços de transmissão cultural do povo Kaingang na aldeia Kondá, em Santa Catarina, são o tema do artigo *Lugares do saber Kaingang: cultura e espaço escolar*, de Fernanda Machado Dill e Ayrton Portilho Bueno. Vista como principal instrumento de afirmação de práticas culturais tradicionais – a língua materna, as relações com a natureza, a fabricação de objetos e adornos – a educação das crianças na cultura Kaingang é o foco da pesquisa, construída no diálogo entre etnografia e história oral. A inserção do ensino escolarizado nas comunidades indígenas foi severamente marcada pela ótica da assimilação cultural, apenas com a Constituição de 1988 pretendeu-se uma educação escolar indígena pensada como comunitária, intercultural, bilíngue, específica e diferenciada. No entanto, essa história, com alcances diferentes, é a história de muitas aldeias, o deslocamento de seu habitat tradicional desarticulou a vivência íntima entre a comunidade e o território e a reconstrução de seus significados pressupõe uma nova leitura do lugar. A pesquisa identifica espaços que reconstroem os laços

culturais e espaços que não encontram eco na educação das crianças, na relação com os anciãos, na memória viva, deixando em aberto a questão de como, e se, será possível reviver a estreita ligação entre gente e cosmos em meio a uma natureza destruída, e não em comunhão com ela.

No artigo *Apontamentos sobre o comum em Portugal e no Brasil*, Beatriz Nascimento Ko Fontenele e Isabella Flach Gomes partem da ideia do comum como prática política e princípio político contemporâneo, um terceiro caminho distante tanto do socialismo de Estado quanto do capitalismo de mercado. Elas contemplam a precarização das condições de vida das populações no contexto do recrudescimento neoliberal mundial e apontam a cooptação da noção de comum por práticas capitalistas. Investigam, nesse quadro, as ocupações - modos de luta urbana que reivindicam moradias dignas - e *okupas* - de caráter anárquico. Apontam, ainda, a cooptação da noção de comum por práticas capitalistas. As autoras afirmam que as insurgências urbanas, antes não percebidas, tornam-se - no contexto de crise financeira global, de disseminação do neoliberalismo e das políticas de austeridade - plenos indicadores da recessão econômica ibérica. No Brasil, apenas no ano 2000 a moradia passou a ser um direito constitucional, nunca assumido plenamente pelo Estado e jamais equacionado pela iniciativa privada. A escolha de situações similares em Portugal e no Brasil traz para o debate a perspectiva deco-

lonial e suas trajetórias sociais e políticas opostas podem nos oferecer campo para a compreensão das lutas anticapitalistas.

No artigo *Cartografia social da ilha de Cotijuba em Belém do Pará*, Ana Cláudia Duarte Cardoso, Leticia Ribeiro Vicente e Rafaela Carolina Bulhões de Oliveira trazem ao nosso conhecimento as ações de iniciativa popular de fortalecimento do modo comunal de vida local e sua dependência de políticas públicas adequadas em Cotijuba, uma das três ilhas com áreas urbanas incluídas no Plano Diretor da cidade de Belém, cujo território é composto, além de sua porção continental, por outras 39 ilhas. Sua área rural, ainda preservada, suporta as estratégias de sobrevivência do camponês amazônico. O artigo, a partir da construção de cartografia social, identifica e contrapõe as lógicas não violentas de desenvolvimento ensaiadas pela população local e as fragilidades inerentes a elas. Com foco na gestão do espaço construído da ilha e atentos à importância da organização comunitária para a tomada de decisões que protejam o rico ambiente insular, as autoras apresentam uma agenda para políticas públicas e comunitárias.

No artigo *Remoções e reações: ações de exceção e práticas do comum na periferia de Brasília*, Laila Beatriz da Rocha Loddí e Carlos Henrique Magalhães de Lima refletem, sob a ótica do *comum*, sobre a produção do espaço em co-

munidades constantemente sujeitas a processos de remoção, na periferia de Brasília. As violações urbanísticas a que estão sujeitas as populações pobres registram o acordo entre Estado e iniciativa privada na expropriação do direito legítimo de habitar o território. Tal acordo, presente desde o início da cidade, é descrito como dispositivo disciplinador, camuflado sob um discurso civilizatório, compondo a estratégia colonizadora e ideológica, afirmada por meio da linguagem, do planejamento urbano. Em Ceilândia, um dos focos da análise dos autores, ações que reivindicam o direito à cidade revestem-se de práticas comunais e de insurgência configurando um *planejamento insurgente*.

Tece-se, assim, neste volume dos Cadernos, um olhar comprometido com a realidade local, a vida cotidiana e as lutas generosas de enfrentamento do processo capitalista de destruição da nossa casa comum.